

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e
Defesa da Saúde

Resumo da Audiência Pública de 4 de junho de 2008

Referente à audiência pública conjunta realizada no dia 4 de junho de 2008 pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e pela Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde (CASSAUDE), sobre a situação do controle das **doenças negligenciadas** no País e a situação do **Projeto Mais Saúde**, diante da restrição orçamentária com que ele se defronta.

A audiência, da qual participou o **Dr. José Gomes Temporão, Ministro da Saúde**, foi convocada em atendimento aos Requerimentos (RQS) nº 15, de 2008-CAS, de autoria do **Senador Inácio Arruda**, e nº 4, de 2008-CASSAUDE, de autoria do **Senador Papaléo Paes**.¹

A sessão foi presidida pela **Senadora Patrícia Saboya**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O Ministro dividiu sua exposição em duas partes: na primeira, tratou do Projeto Mais Saúde e, na segunda, das doenças negligenciadas.

Defendeu o Projeto Mais Saúde como “uma proposta de intervenção prática, pragmática e ousada na saúde pública brasileira” cuja implementação aguarda a definição dos recursos que irão financiá-lo, na medida em que foi elaborado com base na previsão de recursos existentes em dezembro de 2007. Com a não prorrogação da CPMF e a insegurança quanto à regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, de 2000, o projeto – que

¹ Os requerimentos previam a participação de outras autoridades e especialistas, além do Ministro da Saúde, que serão ouvidos em uma segunda sessão da presente audiência pública. O RQS 15/2008-CAS convidava representantes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, da Fundação Nacional de Saúde e da Organização Não-governamental *Drugs for Neglected Diseases Initiative*. O RQS 4/2008-CASSAUDE previa a participação, também, da Senadora Kátia Abreu, do Professor Nelson Rodrigues dos Santos, Presidente do Instituto de Direito Sanitário Aplicado da Universidade Estadual de Campinas, e do Dr. Osmar Terra, Presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde.

previa a ampliação de investimentos – não tem como ser implementado em sua totalidade.

Fez uma análise do que denominou de “dimensões do SUS”, isto é, apresentou informações estatísticas sobre as principais realizações e coberturas alcançadas pelo sistema, para demonstrar que, apesar da abrangência e do impacto já alcançado, as rápidas mudanças do perfil epidemiológico da nossa população – caracterizado pelo envelhecimento acelerado, associado a uma desigual distribuição de renda – promovem aumento da prevalência de doenças crônicas, com manutenção de importante carga de doenças do subdesenvolvimento, entre as quais têm relevância as doenças infecciosas e parasitárias e os problemas decorrentes da violência. Esse novo perfil não apenas exerce maior pressão sobre o sistema de saúde como exige o emprego de mais diversificada tecnologia médica, mais medicamentos e mais intervenções.

Acresce-se a essa problemática, um “saldo devedor” representado por uma elevada proporção da população ainda sem acesso sistemático ao SUS; pela qualidade desigual do atendimento prestado; pela má qualidade da atenção recebida nos serviços de urgência e emergência; e pela má distribuição da tecnologia médica disponível.

O Projeto Mais Saúde resulta de nova abordagem e de novas premissas em relação à saúde e ao sistema de saúde que, para o Ministro, tem dupla dimensão: uma política social que garante a fruição de um direito fundamental e, ao mesmo tempo, uma fonte de riqueza para o País². O exercício dessas duas funções e sua dinamização são importantes para o desenvolvimento nacional.

O Projeto Mais Saúde foi concebido nesse contexto: ao mesmo tempo em que objetiva expandir a atuação do sistema público de saúde, busca aproveitar as potencialidades oferecidas pelo setor como “um dos elos vitais para um novo padrão de desenvolvimento brasileiro”.

Contempla, assim, 73 medidas e 165 metas, com um total de investimentos da ordem de 89,4 bilhões de reais, dos quais 24,3 bilhões são destinados à expansão das ações e, como não estão previstos no Plano Plurianual, dependem de recursos ainda não disponíveis.

² Para justificar essa opinião, o Ministro informou que o setor saúde é responsável por 8% do PIB e por 10% dos postos de trabalho.

Entre as “metas estruturantes” do projeto estão a melhoria da qualidade da atenção, a organização de redes de serviços e a regulação do setor suplementar. Assim, além de melhorar a qualidade dos serviços prestados, o projeto busca mudanças na sua gestão e espera criar três milhões de empregos.³

Sobre a atuação do Poder Público em relação às doenças negligenciadas – segunda matéria da audiência –, o Ministro informou, inicialmente, que o Brasil lidera, no âmbito da Organização Mundial de Saúde, um movimento que objetiva equilibrar as questões relativas à propriedade intelectual e ao acesso a medicamentos pelos países em desenvolvimento. Nesse sentido, conseguimos avanços importantes na última Assembleia Mundial da Saúde, recentemente realizada em Genebra. Esse movimento objetiva garantir o acesso à informação e ao conhecimento científico e aos medicamentos em geral, com ênfase especial, no que diz respeito às doenças negligenciadas, a medicamentos mais eficazes e menos tóxicos.

Relatou, a seguir, a situação do controle no País das principais doenças negligenciadas: malária, tuberculose, hanseníase, leishmaniose, doença de Chagas, esquistossomose e dengue, descrevendo, também, os mecanismos de financiamento das ações voltadas para o seu controle.

Nesse sentido, o Ministro informou ter havido, no período de 2003 a 2007, “crescimento significativo” dos gastos públicos voltados para o controle daquelas doenças – tanto em termo de investimentos totais quanto *per capita* –, da mesma forma que dos recursos e do número de projetos de pesquisa sobre elas, financiados pelo Ministério da Saúde.

Participaram dos debates – que trataram dos dois assuntos objetos da audiência – os **Senadores Patrícia Saboya, Inácio Arruda, Papaléo Paes, Flávio Arns, Augusto Botelho, João Pedro, Wellington Salgado e Kátia Abreu.**

A Presidente encerrou a sessão às 14h05m.

³ O Ministro descreveu, em detalhe, o conjunto de componentes (medidas e metas) do programa. Não reproduziremos esse detalhamento neste resumo, na medida em que existem publicações a respeito. Ver: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria Executiva. *Mais Saúde. Direito de Todos. 2008-2011*. 2ª ed. (Série C. Projetos, Programas e Relatórios) Brasília: Editora o Ministério da Saúde, 2008.